

HABEAS CORPUS Nº 548.919 - SP (2019/0358392-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **EVERTON APARECIDO DE SOUZA SILVA E OUTROS**
ADVOGADOS : **MARCELO ALVES PEREIRA - SP361175**
 EVERTON APARECIDO DE SOUZA SILVA - SP376010
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
PACIENTE : **RODRIGO CARLOS DOS SANTOS (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Rodrigo Carlos dos Santos**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, tendo em vista o indeferimento, pelo Desembargador Relator, do pedido liminar no *writ* ali impetrado (HC n. 2262652-74.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 7/11/2019, pela suposta prática da conduta prevista no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, tendo o Juiz do Plantão Judicial posteriormente convertido, em audiência de custódia, o flagrante em prisão preventiva (fls. 50/51).

Indeferido o pedido de revogação da prisão preventiva, a defesa impetrou, então, *habeas corpus* no Tribunal local. Ao analisar o pedido de medida liminar, o Desembargador Relator naquela Corte indeferiu a pretensão urgente, determinando o prosseguimento regular do *writ* (fls. 230/236).

Daí o presente *mandamus*, no qual se alega constrangimento ilegal, consistente na ausência de motivação válida para a manutenção da prisão cautelar do paciente (fls. 3/4).

Argumentam os impetrantes ser necessária a relativização da diretriz da Súmula n. 691/STF (fl. 3).

Ressaltam a ausência de fundamentação válida para a decretação da prisão cautelar, apegada na gravidade genérica e abstrata do crime imputado (fls. 11/18).

Requerem os impetrantes, em liminar e no mérito, a concessão de liberdade

provisória, ou, subsidiariamente, a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, nos moldes do art. 319 do Código de Processo Penal (fl. 19).

É o relatório.

Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo nos casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Aparentemente, há motivo idôneo para a manutenção do decreto de prisão, qual seja, a gravidade concreta do delito e as circunstâncias colhidas do flagrante, sobretudo por ter sido o paciente surpreendido na posse de quantidade expressiva de droga, tendo, nesse ponto, destacado o Relator do Tribunal de origem que *Rodrigo foi abordado por policiais militares, ocasião em que, em revista pessoal, localizaram dinheiro trocado e 07 (sete) eppendorf's verdes, contendo em seu interior pó branco semelhante à cocaína. Questionado o que fazia no local, o paciente confessou que estava vendendo droga, razão pela qual os agentes da lei realizaram buscas no matagal ao lado da calçada, momento em que encontraram mais 180 (cento e oitenta) eppendorf's da mesma cor e características dos encontrados no bolso de Rodrigo, perfazendo 360,2g (trezentos e sessenta gramas e duas decigramas) de cocaína, conforme auto de exibição e apreensão (fl. 08 autos originários) - fls. 232/233, razão pela qual não há falar em teratologia ou ilegalidade manifesta na decisão hostilizada, capaz de autorizar uma avaliação antecipada pelo Superior Tribunal de Justiça, com a superação do mencionado enunciado sumular da Suprema Corte.*

A teor da jurisprudência desta Corte, *a quantidade, a natureza ou a diversidade dos entorpecentes apreendidos podem servir de fundamento ao decreto de prisão preventiva* (RHC n. 113.244/SC, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe

Superior Tribunal de Justiça

25/11/2019).

Nesse sentido: HC n. 535.904/SP, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 20/11/2019; HC n. 520.512/MG, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 29/10/2019; e HC n. 496.957/MG, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 4/10/2019.

Em razão disso, com base no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o presente *writ*.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator